

NEOLIBERALISMO NECROPOLÍTICO E CRISE DA DEMOCRACIA: BOLSONARO E A PANDEMIA DE COVID-19

André Duarte¹

RESUMO: O texto propõe e discute a hipótese de que a versão do neoliberalismo posta em ação no Brasil pela extrema-direita durante a presidência de Jair Bolsonaro assumiu traços e contornos peculiares em relação a outras variantes contemporâneas. Tais especificidades ressaltaram e agravaram os traços intrinsecamente autoritários e antidemocráticos do neoliberalismo, aspecto que se tornou evidente particularmente durante o período da pandemia de COVID-19, quando as ações, políticas e discursos presidenciais promoveram a articulação entre desregulamentação neoliberal e promoção necropolítica da morte em massa. Argumento que a associação entre neoliberalismo e necropolítica buscava agravar os efeitos autoritários e de des-democratização próprios a ambas formas de governo de populações, tendo como objetivo político des-constituir por completo a democracia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; necropolítica; Bolsonaro; extrema-direita; pandemia de COVID-19.

ABSTRACT: *The text proposes and discusses the hypothesis that the version of neoliberalism put into action in Brazil by the far-right during Jair Bolsonaro's presidency took on peculiar features and contours in comparison to other contemporary variants. Such specificities have highlighted and aggravated the intrinsically authoritarian and anti-democratic traits of neoliberalism, an aspect that became evident particularly during the period of the COVID-19 pandemic, when Bolsonaro's actions, policies and speeches promoted the articulation between neoliberal deregulation and the necropolitical promotion of mass death. I argue that the association between neoliberalism and necropolitics sought to aggravate the authoritarian and de-democratization effects typical of both forms of population governance, with the political aim of completely de-constituting Brazilian democracy.*

¹ Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador bolsista do CNPq I-C. email: andremacedoduarte@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8401-0032>

KEYWORDS: *neoliberalism; necropolitics; Bolsonaro; far-right; COVID-19 pandemic.*

A hipótese que orienta a presente reflexão é a de que o neoliberalismo posto em vigência pelo (des)governo Bolsonaro (2019-2022) apresentou peculiaridades políticas que o distinguiram de outras variantes neoliberais encontradas em quase todos os países na atualidade. Tais especificidades políticas teriam se evidenciado durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, momento crítico em que se explicitou não apenas seu caráter profundamente autoritário e antidemocrático, mas também seu viés necropolítico orientado pelo que denominei como governo pelo “fazer morrer e deixar morrer” (DUARTE, 2020; 2023). Inspirando-me nas reflexões de Achille Mbembe, procuro entender a dimensão necropolítica do neoliberalismo implementado pelo (des)governo Bolsonaro a partir da ideia de que o “*nomos*” do exercício de seu poder soberano pode ser definido como a “instrumentalização generalizada da população humana e a destruição material de corpos humanos e populações’ (...)” (2018, pp. 10-11). Se o que caracteriza um regime necropolítico é o fato de que ali a vida tem de ser vivida em meio à dor, ao sofrimento e aos excessos e abusos do poder, então seria possível argumentar que o (des)governo Bolsonaro atingiu tal objetivo ao implementar no país uma versão necropolítica do neoliberalismo, aspecto passível de comprovação a partir de uma análise de suas ações, omissões, políticas e discursos durante a pandemia de COVID-19. Trata-se de argumentar que, sob o domínio político da extrema-direita brasileira, o neoliberalismo vigente no país se articulou a um projeto de produção calculada da morte da população, agravando, assim, os efeitos letais da emergência sanitária no país, bem como a um projeto de descredibilização e implosão da democracia e de suas instituições, valores e princípios. Esta articulação maligna entre neoliberalismo e necropolítica acentuou seus efeitos “autoritários” (DARDOT, LAVAL, GUÉGUEN e SAUVÊTRE, 2021) e de “des-democratização” (BROWN, 2006), tendo por objetivo político a desconstituição da democracia brasileira. Tal projeto político poderia ter culminado na implantação de uma “democracia de fachada” (DUARTE, 2020; 2023), isto é, de um regime político francamente ambíguo, amparado em um simulacro de instituições democráticas mais ou menos desfiguradas, destinadas a conferir certo verniz de legitimidade a um regime político fortemente contaminado por zonas cinzentas autoritárias, de caráter legal e infralegal, ou mesmo na imposição de um regime político abertamente

autoritário, como se comprovou a partir da descoberta da tentativa fracassada de golpe de estado que esteve em ação no país após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, culminando nos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023.

Falar em (des)governo Bolsonaro não é artifício retórico, mas vai ao cerne mesmo do problema. Os absurdos políticos testemunhados durante seu mandato presidencial, particularmente durante a pandemia, não devem ser entendidos apenas ou simplesmente como exemplos de mera incompetência ou despreparo político-administrativo. Antes, tal (des)governo deve ser compreendido como o resultado de um projeto político meticulosamente posto em ação, o projeto do governo pelo descuido, pelo abandono de populações vulneráveis e pela produção da morte em escala de massas visando, com isso, agravar a corrosão interna das instituições democráticas de maneira a consolidar a prevalência não apenas do clã Bolsonaro como das forças de extrema-direita a ele associadas. Assim, o (des)governo Bolsonaro não foi obra de políticos incapazes e ignorantes, mas organizou-se a partir de um complexo dispositivo político que articulou estratégias de governo de populações de caráter biopolítico, neoliberal e necropolítico, tecnologias políticas distintas, porém complementares entre si quanto ao objetivo primeiro de desgastar e corroer por dentro a frágil democracia brasileira (DUARTE 2020; 2023). Isto significa que não devemos tomar nenhuma dessas estratégias governamentais isoladamente como se apenas uma delas fosse ‘a’ responsável pelo esgarçamento da democracia no compasso da produção da morte de mais de 700 mil brasileiros. Também me parece importante não confundir ou assimilar tais estratégias de governo entre si, apagando as distinções que as caracterizam enquanto tais, aspecto problemático e que se repete em diversas análises acerca do assunto². Por outro lado, o aspecto

² A análise proposta por Seixas (2020) me parece incorrer no equívoco de fundir as noções de neoliberalismo, biopolítica e necropolítica tornando-as praticamente indiferenciadas, o que apaga o seu potencial heurístico. Para uma avaliação circunstanciada acerca das distinções entre biopolítica e necropolítica veja-se o artigo de Rouse (2021) em que ela mostra como o estado norte-americano promoveu ações de caráter biopolítico que visavam garantir e incrementar as condições de vida da população branca, ainda que tais ações tenham se tornado, paradoxalmente, alvo da crítica de indivíduos e grupos brancos que se sentiram tolhidos em sua liberdade pelas medidas restritivas impostas pelo estado. Por outro lado, a autora argumenta que ações de caráter necropolítico foram especificamente dirigidas contra a população negra, tanto por parte do estado quanto

realmente importante é compreender as especificidades e os vínculos que se estabeleceram entre biopolítica, neoliberalismo e necropolítica durante o (des)governo Bolsonaro.

Neste texto discutirei alguns aspectos da articulação estabelecida pelo (des)governo Bolsonaro entre as estratégias neoliberais e necropolíticas de governo de populações durante a pandemia, deixando de lado uma análise pormenorizada acerca do vetor especificamente biopolítico em suas interações com a necropolítica e o neoliberalismo. Permito-me apenas ressaltar que o traço especificamente biopolítico do (des)governo Bolsonaro jamais se encontrou em eventuais excessos do poder estatal no controle da vida da população por meio da vigilância e limitação de sua liberdade, a exemplo do que argumentou Giorgio Agamben (2020), dentre outros que discutiram os abusos do poder soberano estatal no contexto do enfrentamento da pandemia em diversos países (NICHELE; WERMUTH; FERREIRA, 2022). Por certo, o vetor biopolítico do (des)governo Bolsonaro jamais esteve relacionado com a definição de políticas públicas que visassem não apenas à proteção como ao incremento da qualidade de vida da população nacional. Por outro lado, ele se concentrou na promoção e intensificação de formas diversas de clivagem hierárquica entre ‘nós e eles’, lógica posta em ação em sua dimensão simbólica, econômica, cultural, política e, também, no âmbito sanitário: de modo geral, tratava-se da clivagem entre as vidas normativamente viáveis e as vidas consideradas abjetas ou ininteligíveis (BUTLER, 1993). Como afirmou Daniele Lorenzini (2020, s.p.), “a exposição *diferencial* dos seres humanos aos riscos sociais e de saúde é, de acordo com Foucault, um dos traços proeminentes da governamentalidade biopolítica”. Mais concretamente, no Brasil de Bolsonaro a divisão biopolítica diferencial foi operacionalizada a partir da contraposição entre as vidas valiosas dos chamados “Homens de Bem”, significante vazio, plurisemântico, em torno do qual foram reunidos os/as ‘patriotas’, isto é, os/as que se identificaram e defenderam um ou vários elementos do amplo ideário Bolsonarista, e as vidas consideradas indignas e sem valor daqueles/as que, por criticarem ou por não se identificarem com os valores e preceitos do Bolsonarismo, passaram a ser designados/as como perigosos ‘comunistas’, tornando-se alvos de perseguições simbólicas e reais³. De um ponto de vista estritamente sanitário, a lógica

de grupos e indivíduos brancos supremacistas, durante a pandemia de COVID-19 nos Estados Unidos.

³ Isabela Kalil mostrou em estudo etnográfico que a figura simbólica do “Cidadão de Bem” aglutina pelo menos 16 perfis distintos dentre os

diferencial biopolítica se associou aos vetores neoliberal e necropolítico e promoveu o agravamento da cisão entre as vidas daqueles/as que tinham meios econômicos suficientes para acessar o sistema privado de saúde e as vidas daqueles/as que foram entregues a um sistema público de saúde completamente saturado. Dados oficiais mostraram que “o menor número de hospitalizações da população preta/parda não se deu pelo fato de ter sido acometida de forma menos grave pela doença, mas sim em virtude das iniquidades raciais em saúde, também manifestadas na Covid-19” (NICHELE; WERMUTH; FERREIRA, 2022, p. 10)⁴.

Se recorro de maneira privilegiada à noção de necropolítica, concedendo-lhe certa primazia sobre a de biopolítica no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil de Bolsonaro, isto se deve ao fato de que o estado brasileiro não priorizou o estabelecimento de políticas públicas sanitárias visando incentivar, proteger ou maximizar a vida de quaisquer parcelas da população, ainda que ao custo do abandono ou promoção da morte de outras parcelas da população. Como se recorda, Foucault definiu o lema da biopolítica segundo a fórmula do “fazer viver ou devolver à morte” (1999, p. 130, trad. mod.), o que supõe pelo menos algum compromisso estatal com o planejamento e implementação de ações visando majorar as condições de vida da população, ainda que ao preço de definir “o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2000, p. 304). Considero que o sinal de que adentramos o universo da necropolítica define-se pelo fato de que tal compromisso estatal ativo e positivo com a garantia e melhoria das condições de vida foi apenas e quando muito débil e incipiente, visto que o alvo prioritário do (des)governo Bolsonaro foi o de produzir a morte de milhares por meio de ações e omissões meticulosamente planejadas. Em outras palavras, as mortes aqui ocorridas não se deram prioritariamente porque o poder soberano estatal havia investido positivamente no cuidado e melhoria das condições de vida de outras parcelas da população. Essa inversão de prioridades - do fazer viver ou deixar morrer, lógica da biopolítica, ao fazer morrer e deixar morrer,

apoiadores de Bolsonaro. Cf. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>.

⁴ Este estudo apresenta interessantes dados estatísticos que comprovam os riscos diferenciais que acometeram a população brasileira segundo critérios de raça/cor, gênero, idade e ocupação laboral durante a pandemia de COVID-19. Considero, contudo, que o texto incorre no problema conceitual de fundir e confundir biopolítica, necropolítica e neoliberalismo.

lógica da necropolítica - não se limita ao plano das sutilezas conceituais pois seus efeitos práticos e políticos são imediatos e bastante visíveis em termos do aumento do sofrimento e das taxas de mortalidade da população. Na realidade, o estado brasileiro não se preocupou em discriminar quem deveria viver e quem deveria morrer, ele simplesmente deixou a população à mercê de seus próprios recursos econômicos, na base do cada um por si. Foi assim que as populações negra, indígena e os pobres em geral viram-se abandonados à própria sorte, para não mencionar o fato de que, ao menos nos piores momentos da pandemia, a vida de todos e todas esteve sob risco de sufocamento em função do colapso geral do sistema de saúde. Concordo então com Mbembe (2018, p. 71) quando ele afirma que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas da submissão da vida ao poder da morte”. Em outros termos, sob a necropolítica já não se trataria mais de considerar os potenciais efeitos violentos ou letais implicados na majoração das forças vitais de uma parcela da população em detrimento de outras parcelas, consideradas indignas, mas de pensar os mecanismos estatais e para-estatais por meio dos quais se promove o sofrimento e a morte de gigantescas parcelas da população - o que supõe, por certo, que as populações socialmente vulneradas sofrerão muito mais os resultados de tais ações e omissões. Ademais, num regime necropolítico, as mortes não merecem sequer luto e consideração: são estatísticas e nada mais, são mortes desprovidas de significação simbólica, não estão destinadas ao pesar: não é disso que se tratava quando o presidente simplesmente respondeu que todos estávamos condenados à morte e que, portanto, de nada adiantaria lamentar os óbitos ocorridos?

Passo, agora, à discussão de algumas das principais correlações entre neoliberalismo, necropolítica e crise da democracia no Brasil de Bolsonaro durante a pandemia.

Em sintonia com as reflexões seminais de Foucault (2008), esclareço que o neoliberalismo não é entendido, aqui, como mero programa econômico, sendo antes compreendido como forma específica de governamentalidade, isto é, de racionalidade governamental posta em ação por um conjunto de técnicas, estratégias, ações e discursos que visam conduzir a vida da população ao incidir sobre e influenciar seus comportamentos e crenças cotidianos. A governamentalidade neoliberal hoje prevalecente é aquela teorizada pela Escola de Chicago, e Foucault argumentou que seu traço característico mais notável é a expansão da normatividade econômica e competitiva das trocas de mercado para além do universo propriamente econômico, de sorte que a competição passa a

estruturar todos os aspectos da vida social, englobando instituições estatais e paraestatais até alcançar o cerne mais íntimo das condutas e comportamentos dos governados. Como argumentei em outra ocasião (DUARTE, 2024), um dos principais legados de Foucault para a compreensão da dinâmica particular da governamentalidade neoliberal atualmente predominante, aspecto ressaltado por diversos críticos do neoliberalismo na atualidade, reside em compreendê-la como um conjunto de práticas, políticas, ações e discursos orientados pelo princípio de que a competitividade de mercado deve estruturar a conduta econômica e extraeconômica de indivíduos e populações a partir de comportamentos e intervenções que valorizam o empreendedorismo e a transformação de cada um em empreendedor de si mesmo. Foucault mostrou que o neoliberalismo da Escola de Chicago logra obter este efeito governamental sobre a vida dos indivíduos e populações a partir de intervenções estatais que visam promover a “sociedade empresarial”, isto é, que favorecem a generalização da forma-mercado a partir da transformação do “*homo oeconomicus*”, o agente das trocas econômicas, em um indivíduo que assume responsabilidade integral pela valorização de seu “capital humano” em sentido amplo. Trata-se, pois, da conversão do agente econômico em um personagem que não apenas se entende como o responsável por produzir seus próprios rendimentos e capital, quanto assume responsabilidade integral por seus êxitos e fracassos econômicos e não-econômicos. Em uma palavra, Foucault compreendeu que sob o neoliberalismo da Escola de Chicago nos constituímos como agentes que precisamos valorizar e amplificar continuamente nossas capacidades e habilidades profissionais a fim de nos mantermos competitivos no complexo mercado de trabalho e de relações sociais e afetivas da sociedade empresarial. Por isso, ele argumentou que a racionalidade neoliberal trata de “generalizar, de difundir, de multiplicar, tanto quanto possível, as formas ‘empresa’”, de maneira a fazer do “mercado, da concorrência e, por consequência, da empresa, aquilo que se poderia chamar de potência informante da sociedade” (2008, p. 154).

Foucault também observou que quando o comportamento econômico específico do *homo oeconomicus* é transformado em grade de inteligibilidade de quaisquer outros comportamentos sociais chega-se ao ponto em que o objeto da análise econômica pode ser assimilado e generalizado para qualquer conduta intencional que implique a escolha estratégica de meios e instrumentos. Seguindo esta linha de pensamento, Foucault pôde enunciar os riscos políticos aí implícitos e implicados, revelando o modo pelo qual indivíduos e populações são conduzidos em suas condutas sem que se

deem conta do que está acontecendo: “O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008, p. 369). Instaura-se, assim, a base para uma mutação administrativa que alcança a gestão pública, a política e os comportamentos mais ínfimos dos indivíduos, que agora precisam continuamente valorizar seu capital humano em sentido lato e se adequar aos critérios normativos de competitividade e desempenho a fim de não se tornarem inaptos para a vida social. Na esteira de Foucault, e em consonância com as análises propostas por Dardot, Laval, Guéguen e Sauvêtre, cabe então ressaltar que a “dimensão autoritária irreduzível do neoliberalismo” (2021, p. 327) reside justamente no fato de que ele “estende a lógica da economia ao próprio Estado, assim como a todas as relações sociais” (2021, p. 322). Ou, nas palavras de César Candiotti (2022, p. 61), “No fundo, o neoliberalismo é um governo das condutas, que atua tanto no nível do empreendedorismo do sujeito quanto na esfera do reposicionamento do Estado pela lógica do mercado”.

Paralelamente à consideração destas importantes contribuições teóricas para a análise crítica do neoliberalismo contemporâneo, considero imprescindível compreender as configurações particulares que tal estratégia de governo assumiu no país sob o domínio político da extrema-direita Bolsonarista, pois tal circunstância trouxe consigo especificidades que radicalizaram seus efeitos nocivos à vida da população e às instituições democráticas. Sob o (des)governo Bolsonaro o neoliberalismo assumiu contorno e caráter próprios, particularmente durante a pandemia, momento em que se articulou com um projeto necropolítico de produção da morte em escala de massas. Isto significa que, para além dos seus efeitos autoritários e de desdemocratização, sob Bolsonaro o neoliberalismo pôde produzir danos sociais, políticos e vitais ainda maiores, desagregando a vida social como um todo. Por certo, não se trata de argumentar que Bolsonaro tenha sido pioneiro na aplicação de políticas econômicas neoliberais no país, as quais, com maior ou menor intensidade e modulação, ganharam vigência pelo menos desde o início da década de 90, sob a égide do chamado Consenso de Washington. Por outro lado, argumento que Bolsonaro promoveu no Brasil a substituição de um neoliberalismo de corte mais ou menos progressista e que procurava acomodar ou mitigar desigualdades sociais na distribuição de renda com amplas políticas sociais e de reconhecimento de novos sujeitos políticos por um neoliberalismo sem freios nem calibragem, contaminado por práticas e concepções genocidas, associadas a um ideário político autoritário e neoconservador quanto à moralidade e aos costumes, com ênfase na defesa da família cristã, heteronormativa, patriarcal e masculinista.

Como argumentou Wendy Brown (2006), o neoliberalismo se acopla facilmente ao neoconservadorismo. Mesmo que não dependa de qualquer sistema de valores religiosos, o neoliberalismo tende a confluir com o *ethos* neoconservador inspirado no fundamentalismo cristão e seu modelo particular de família. Aliás, a esse respeito Melinda Cooper (2017) mostrou que ali onde o neoliberalismo promove a retração do Estado enquanto agente de proteção social é justamente à família tradicional que se faz apelo para que se transforme na instância responsável pela garantia da sobrevivência de todos e de cada um.

Anteriormente à eclosão do advento da pandemia, o endosso e implementação de políticas econômicas neoliberais defendidas por Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro com formação na escola de Chicago e estágio no Chile de Pinochet, tinha por objetivo político minar princípios cívicos de solidariedade e ideais políticos baseados nos comuns, valorizando o empreendedorismo, os empresários e o privatismo acima de tudo e de todos, reduzindo políticas públicas e promovendo ampla desregulamentação de direitos trabalhistas e ambientais. Seguindo a receita neoliberal convencional, Bolsonaro incentivou os empregadores a explorar economicamente seus empregados tanto quanto possível, além de enfatizar que os mais pobres deveriam contar com suas capacidades empreendedoras e aceitar passivamente regras de austeridade sem demandar quaisquer formas de regulamentação ou direitos: ‘você quer trabalhar ou quer ter direitos?’, repetiu insistentemente⁵. Durante a pandemia, contudo, essa ênfase na economia e no empreendedorismo se tornariam ainda mais acentuadas. Nas palavras de Bolsonaro: “Vai condenar esse cara a ficar dentro de casa? Ficar dentro de casa? Ele não tem poupança, não tem renda. A geladeira, se tiver, já acabou a comida, pô. Tem que trabalhar, tem que sustentar a família, cuidar dos filhos”⁶. Vemos aqui como a estratégia neoliberal de responsabilização do indivíduo por sua própria sorte viu-se então subordinada à lógica necropolítica da exposição à morte. De fato, tratava-se de manipular e induzir o comportamento da população: entre a incerteza quanto à contaminação e evolução da doença no organismo

⁵ Veja-se a matéria do jornal *Valor Econômico* de 04.12.2018, cf. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml> Acessado em: 13.01.2025.

⁶ Cf. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-e-preciso-enfrentar-virus-como-homem-e-nao-como-moleque.htm>

de cada um e a certeza de que o auxílio estatal chegaria tarde demais ou sequer chegaria não restava à população mais pobre senão sair às ruas para ganhar o pão de cada dia e sobreviver como pudesse. Reforçava-se, assim, um sentimento já bem enraizado em boa parte da população, sobretudo a mais pobre, o de que cada um precisaria cuidar da própria vida e da de sua família, sendo impensável e inconcebível imaginar que o Estado pudesse ou mesmo devesse se encarregar de desenhar políticas públicas visando proteger e melhorar a vida da população. Recordemos que o auxílio emergencial do período da pandemia foi arrancado do Executivo pelo Congresso Nacional apenas tardiamente, mediante forte apelo popular e midiático, e que seu valor somente foi aumentado de 200 reais para 600 reais no mesmo contexto de indignação. Lembremos também que, dada a ineficiência do sistema federal de concessão do auxílio emergencial, milhares de indivíduos que dele necessitavam não o receberam, ao passo em que outros milhares que dele não precisavam acabaram sendo beneficiados⁷. Impossível não vislumbrar a nascente articulação entre neoliberalismo e necropolítica como subjacente a esta afirmação de Paulo Guedes: “Se falarmos que vai ter mais três meses, mais três meses, mais três meses, aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos, porque a vida está boa, está tudo tranquilo”⁸. Pequenos e microempresários também foram abandonados pelo (des) governo Bolsonaro, pois jamais conseguiram linhas de crédito e foram deixados para morrer enquanto o mercado financeiro (bancos e corretoras) recebeu aportes da ordem de 1.2 trilhão de reais já em meados de 2020⁹. Alguns bancos chegaram a oferecer doações beneméritas para o combate ao vírus, mas não projetaram um mecanismo articulado e organizado de oferta de linhas de crédito a juros módicos. Paulo Guedes deixou claro que o governo iria usar “recursos públicos para salvar grandes companhias.

⁷ Notícia de 04.06.20 do Portal UOL informou que, segundo levantamentos do TCU, aproximadamente 8 milhões de brasileiros podem ter recebido o auxílio emergencial indevidamente, dentre os quais 73 mil militares e jovens de classe média. Cf. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/04/auxilio-emergencial-crime-fraude-estelionato-r-600.htm>

⁸ Cf. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/guedes-se-recusa-a-ampliar-auxilio-ai-ninguem-trabalha-a-vida-ta-boa-e-tudo-tranquilo/>

⁹ Cf. notícia do Infomoney de 23.03.20. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/com-crise-banco-central-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos/> Consultado em: 12.06.20.

Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas”¹⁰. Como compreendeu Rodrigo Nunes (2020, s.p.), Bolsonaro sempre teve como “objetivo ... criar as condições em que a escolha entre a economia e a vida parecesse natural e inevitável”. Em outros termos, tratava-se de naturalizar uma suposta ausência de alternativas em termos de política econômica até transformá-la em fatalidade incontornável. Ainda segundo Rodrigo Nunes (2022, p. 52):

Enquanto em outros tempos o sacrifício aparecia como uma maneira de melhorar de vida, agora ele aparece cada vez mais como um fim em si mesmo: o puro imperativo de nos adaptarmos a um horizonte de expectativas cada vez mais baixas. Esse aspecto chegou a seu paroxismo com a pandemia, quando o discurso oficial, em lugares como o Brasil e os Estados Unidos, passou literalmente a dizer que as pessoas teriam de escolher entre a economia e a vida.

Se é certo que sob a égide mundial do neoliberalismo diversos governantes viram-se confrontados com o “aparente dilema” (BORGES *et al.*, 2020) entre defesa da vida ou defesa da economia, Bolsonaro imediatamente fez sua escolha e não teve quaisquer dúvidas ou escrúpulos ao justificar explicitamente políticas de austeridade que exigiam sacrifício individual e coletivo em nome da sobrevivência da economia nacional. Recorde-se que os efeitos letais mais evidentes da pandemia se manifestaram no Brasil em período relativamente tardio, em meados de março de 2020, quando já se sabia o que aconteceria em termos da perda de vidas caso medidas sanitárias e econômicas emergenciais e rigorosas não fossem rapidamente adotadas. De fato, desde meados de março de 2020 alguns prefeitos e governadores se comprometeram com a implementação de medidas sanitárias preventivas como *lockdowns* e quarentenas obrigatórias. Bolsonaro imediatamente interpretou aquela tomada de posição em defesa da vida da população como afronta política a seu poder, definindo-a como um projeto bem orquestrado da oposição para destruir a economia e assim dar cabo de seus planos políticos de reeleição em 2022: “Brevemente o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus. (...) Espero que não venham me culpar lá na

¹⁰ Cf. <https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/em-video-de-reuniao-ministerial-paulo-guedes-diz-que-nao-vai-perder-dinheiro-com-empresas-pequenininhas/> Notícia de 22.04.20.

frente pela quantidade de milhões e milhões de desempregados na minha pessoa”, disse ele em 22.03.20¹¹. Contrariamente à imensa maioria dos governantes mundiais durante a pandemia, e nisto se encontra mais uma comprovação acerca da especificidade necropolítica da versão neoliberal à brasileira, Bolsonaro agiu constantemente de modo a deslegitimar qualquer preocupação sanitária cientificamente embasada. Em consequência desse descuido planejado, as populações vulneráveis que não tinham como sobreviver a partir de seus próprios recursos empreendedores por causa das deficiências infraestruturais produzidas por desregulamentações que destruíram direitos e proteções sociais tiveram suas vidas ainda mais precarizadas, condição primeira para que fossem expostas ao risco iminente de morte.

Não por acaso, portanto, ao longo da pandemia o Ministério da Saúde jamais se esforçou para coordenar as ações das Secretarias Estaduais e Municipais, e o próprio presidente jamais se comprometeu em dar qualquer exemplo de responsabilidade sanitária, antes pelo contrário: promoveu aglomerações, cumprimentou apoiadores, receitou remédios milagrosos, não usou máscara, recusou-se a mostrar os resultados de seus testes para a COVID-19 e demitiu um ministro da Saúde após o outro até instalar no cargo um general de quatro estrelas, subserviente a seus desmandos e sem qualquer formação nas ciências da saúde, responsável pelo loteamento de diversos cargos do Ministério entre militares que tampouco tinham qualquer formação na área. Nem mesmo o governo Trump sucumbiu à falácia da Cloroquina e de outras medicações sem comprovação científica por tanto tempo; nenhum outro governante aceitou transformar em política de estado tratamentos e medicamentos desprovidos de garantias científicas como panaceia universal¹². Nenhum outro governante mundial assumiu o negacionismo como sua principal medida política de ‘enfrentamento’ da

¹¹ Cf. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/22/desemprego-e-crise-muito-pior-do-que-coronavirus-diz-bolsonaro.htm> Acessado em: 13.01.2025.

¹² Notícia de 14.04.20 da Folha de São Paulo informava que o governo produziu 22 milhões de comprimidos a mando de Bolsonaro. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/a-pedaído-de-bolsonaro-exercito-ja-produziu-22-milhoes-de-comprimidos-de-cloroquina.shtml> Notícia do dia 31.05.20 publicada no jornal O Globo informou que os EUA doariam 2 milhões de comprimidos ao Brasil. Cf. <https://oglobo.globo.com/sociedade/estados-unidos-anunciam-envio-de-2-milhoes-de-doses-de-cloroquina-para-brasil-24455665> Consultado em 28.06.20.

pandemia, vale dizer, nenhum outro governante transformou o negacionismo em política de estado em meio à própria negação da política democrática (DUARTE e CESAR, 2020). Nem mesmo os conservadores governos britânico e sueco insistiram com tamanha veemência e por tanto tempo nas estratégias de imunidade de rebanho ou acerca da necessidade de se confinar apenas as populações sujeitas a comorbidades ou de maior idade. Com seus discursos atrapalhados, mas absolutamente eficazes para manter agitada sua base de apoiadores fanatizados e para semear confusão em boa parte da população, Bolsonaro declarou que não deveria haver isolamento social, mas apenas vertical (CAPONI, 2020), de modo que apenas os mais velhos e os portadores de doenças crônicas deixariam de levar vida normal, ao passo que todos os demais deveriam sair de casa para trabalhar e enfrentar o vírus como homens, e não como moleques¹³. Seu pressuposto infundado era o de que somente quando 70% da população já tivesse sido contaminada a pandemia perderia força no país¹⁴. Pouco importava que idosos e demais familiares que pertencessem a grupos de risco viessem a ser contaminados e a morrer em decorrência do contato com pessoas da família que haviam saído às ruas para trabalhar ou para se divertir. Pouco importava que o efeito da estratégia de imunidade de rebanho à brasileira fosse a contaminação instantânea de milhões de pessoas ao mesmo tempo, aumentando os riscos de morte para milhares de brasileiros. Se viessem a morrer, isso talvez significasse que já não eram suficientemente saudáveis para sobreviver e continuar a produzir, contribuindo para o aquecimento da economia. Houve até mesmo o rumor sobre discursos de assessores econômicos do Ministério da Economia que estariam prevendo que a morte de idosos teria impacto positivo sobre a Previdência Social, aspecto que evidencia e comprova a lógica necropolítica orientada pela definição de quais populações devem morrer para que outras tantas possam sobreviver, critério que pôs em desvantagem justamente os mais frágeis, em particular a população idosa (TONEL 2020, pp.41-42). Como ressaltou Sandra Caponi (2020, p. 214), “Ao estabelecer mais valor para pessoas jovens do que para pessoas idosas, esses argumentos desconsideram

¹³ Cf. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-e-preciso-enfrentar-virus-como-homem-e-nao-como-moleque.htm>

¹⁴ Notícia do Correio Braziliense do dia 18.04.20 informa que o presidente afirmou que 70% do país vai se contaminar e que não há o que fazer, ninguém pode se “acovardar”. Cf. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/18/interna_politica,845999/70-da-populacao-vai-ser-contaminada-diz-bolsonaro-a-apoiadores.shtml

anos de debates internacionais em foros de defesa dos direitos humanos”. Por fim, recorde-se que nenhum outro governante mundial se recusou a comprar vacinas ou tentou comprá-las tardiamente e sob a suspeição de superfaturamento. Ao associar-se a um projeto de claro corte necropolítico, o neoliberalismo de Bolsonaro extrapolou os limites daquela agenda específica e pôs em ação um conjunto de medidas políticas e sociais que esgarçaram a vida da população e o tecido das instituições democráticas no país. Achille Mbembe (2016, p.157-158) conceitualizou a banalização da morte que caracteriza a necropolítica nos seguintes termos:

O poder necropolítico opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte, como se a vida fosse apenas o meio da morte. Ele sempre procura abolir a distinção entre meios e fins. É por essa razão que ele é indiferente aos sinais objetivos de crueldade. A seus olhos, o crime é uma parte fundamental da revelação e a morte de seus inimigos é, em princípio, desprovida de qualquer simbolismo. Não há nada trágico nessa morte. É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-la *ad infinitum* (...).

Levando em consideração a proposta teórica de Mbembe, penso que as principais declarações de Bolsonaro durante a pandemia constituem prova cabal a respeito do caráter necropolítico do neoliberalismo posto em ação sob seu (des)governo. Vejamos. No final de abril de 2020, um apoiador pediu ao presidente que dissesse palavras sobre os mais de 5 mil brasileiros que já haviam morrido de COVID-19 àquela altura. Enquanto as pessoas silenciavam para ouvir seu líder político, Bolsonaro imediatamente respondeu com desgosto: “E daí? Quer que eu faça o quê?” Ele até brincou que, embora seu nome do meio seja Messias, não era capaz de fazer milagres¹⁵. Poucos dias antes já havia declarado que não comentaria tais mortes porque não era “coveiro”¹⁶. No início de junho de 2020, quando o Brasil já havia superado a assustadora marca de 30 mil mortes, outro apoiador pediu ao presidente que consolasse as famílias brasileiras ao que ele respondeu, sem rodeios, que lamentava todas as mortes, mas

¹⁵ Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>

¹⁶ Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

que aquele era o destino de todos¹⁷. E então, em março de 2021, um ano depois da pandemia ter chegado o país, Bolsonaro superou todas as suas declarações anteriores ao gritar que os brasileiros deveriam enfrentar os seus problemas e parar de choramingar: “Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?”¹⁸ Bolsonaro enfatizou constantemente que as pessoas não deveriam permitir que o pânico dominasse, uma vez que a liberdade de cada um deveria ser considerada como inestimável e mais valiosa do que nossas próprias vidas. Pior ainda, enquanto quase todos os líderes políticos faziam todos os esforços possíveis para comprar vacinas, Bolsonaro ordenou publicamente ao seu Ministro da Saúde que suspendesse as negociações para a compra da vacina chinesa CoronaVac em outubro de 2020. A consequência foi que as vacinas chegaram ao país demasiado tarde para prevenir ou minimizar os efeitos de uma segunda onda devastadora de contaminações pelo vírus, a qual alcançou picos de mais de 3,5 mil mortes por dia entre março e abril de 2021. Para dar um último exemplo, bastante extremo, acerca do modo como seu (des) governo aproveitou-se da pandemia para gerar caos político e social por meio da associação entre desregulamentação neoliberal e decisões de caráter necropolítico, considere-se que entre janeiro e fevereiro de 2021 mais pessoas morreram no Estado do Amazonas do que em todo o país durante 2020. Para piorar a situação, durante janeiro de 2021 Manaus ficou sem oxigênio nos hospitais e o sistema funerário entrou em colapso. Investigações posteriores provaram que Eduardo Pazuello havia sido avisado pelos servidores do Ministério sobre os desastres que se aproximavam, mas não agiu para prevenir ou minimizar o caos. O resultado imediato foi a promoção consciente de um descaso planejado que acentuou ainda mais o caráter supérfluo da vida da população brasileira. Por sua vez, o efeito colateral propriamente político dessas decisões necropolíticas foi o enfraquecimento da democracia brasileira, que se tornou o alvo privilegiado das ações e discursos de Bolsonaro após a pandemia.

Outro aspecto característico do neoliberalismo necropolítico de Bolsonaro foi a ênfase no hiperindividualismo embasado numa concepção *libertariana* (*libertarian*, não libertária no sentido do anarquismo) da liberdade, isto é, na noção de que a liberdade do indivíduo é um dado

¹⁷ Cf. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/e-o-destino-de-todo-mundo-afirma-bolsonaro-apos-lamentar-mortes-por-coronavirus.ghtml>

¹⁸ Cf. <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/cheega-de-frescura-de-mimimi-vao-ficar-chorando-ate-quando-diz-bolsonaro-sobre-pandemia-1-24909333>

absoluto e que pode ser acionado sem qualquer limitação. Sob Bolsonaro, e particularmente desde a pandemia, o neoliberalismo à brasileira ganhou vasta amplitude de significados e se converteu num conjunto difuso de práticas, políticas, decisões e discursos baseados na promoção da liberdade irrestrita e absoluta do indivíduo para agir de acordo com seus interesses imediatos, fossem eles objetivos ou meramente imaginários. Foi recorrendo a esta forma difusa de neoliberalismo necropolítico e libertariano que a extrema-direita brasileira logrou êxito em agravar o processo de transformação das liberdades democráticas individuais e coletivas no seu oposto, contribuindo, assim, para o embaralhamento de noções democráticas e autoritárias. A despeito dos protestos e da indignação de parte da população brasileira, tal estratégia de embaralhamento permitiu que Bolsonaro aparecesse publicamente como defensor dos interesses econômicos e extra-econômicos da população uma vez que a aplicação de medidas restritivas como confinamentos, *lockdowns* e obrigatoriedade do uso de máscaras é impopular. Muitos brasileiros acabaram entendendo os discursos e ações de Bolsonaro contra o distanciamento social, confinamentos e outras medidas preventivas de saúde como intuitivamente corretos e verdadeiros. Ao apelar ao ímpeto empreendedor e heroico de indivíduos que deveriam lutar corajosamente pelo sustento das suas famílias, Bolsonaro aparecia publicamente como o único defensor da liberdade dos indivíduos. Para muitos, Bolsonaro falava uma língua cujos valores aspiracionais eram imediatamente compreensíveis e com os quais se identificavam, tanto mais que sua sobrevivência imediata estava em jogo.

O neoliberalismo necropolítico e libertariano de Bolsonaro também constituiu desculpa e justificação sob medida para que se descumprissem quaisquer formas de regulamentação sanitária durante a pandemia. Tais atitudes foram justificadas em prol do direito sagrado dos indivíduos de ir e vir livremente ao trabalho, de se aglomerar enquanto se divertiam ou participavam de massivas manifestações políticas a favor do Presidente sem a necessidade de usar máscaras. Sua peculiar compreensão libertariana da liberdade também lhe permitiu caracterizar as medidas de confinamento como ditatoriais e ilegais ao equipará-las à declaração de um estado de emergência ou estado de sítio. Uma vez que ninguém, exceto o Presidente, estaria legalmente autorizado a decretar tais condições excepcionais, todas as demais autoridades políticas federativas que endossaram os confinamentos foram consideradas como aprendizes de ditadores, o que contribuiu para o desgaste público de sua imagem. Seguindo esta linha de raciocínio, Bolsonaro conseguiu aparecer aos olhos de boa parte da população como defensor da

democracia e da liberdade enquanto disseminava graves confusões sobre questões de saúde coletiva e sobre o significado de noções e instituições políticas cruciais. Assim, ao argumentar que a população brasileira tinha o direito de não se vacinar, Bolsonaro promoveu seu entendimento peculiar sobre os direitos e liberdades individuais e coletivos e passou a usá-los contra certos valores democráticos profundamente enraizados em relação à saúde pública no Brasil. Dado que a ditadura é o oposto da democracia, Bolsonaro aproveitou-se da oportunidade para insinuar que poderia ser forçado a chamar o Exército - nas suas palavras, o 'seu' Exército - para resgatar a democracia brasileira das garras da tirania. A despeito de absurda, tal retórica permitiu-lhe fomentar e disseminar a necessidade de uma intervenção do Exército na arena política brasileira para salvar a democracia dos seus chamados inimigos e agressores, os 'comunistas'.

Foi também sob a égide deste neoliberalismo necropolítico e libertariano que o (des)governo Bolsonaro patrocinou a desregulamentação e o incentivo a apropriações privadas e frequentemente ilegais dos recursos naturais do país por agentes econômicos nacionais e internacionais, mesmo ao custo de um iminente ecocídio e da dizimação de populações tradicionais e originárias. Articulando neoliberalismo, necropolítica e uma compreensão libertariana da liberdade, Bolsonaro incentivou o fazer morrer quando vetou trechos de uma lei destinada a proteger as populações indígenas, quilombolas e tradicionais no contexto da pandemia, tais como os artigos que previam acesso universal à água potável por parte de comunidades indígenas; distribuição gratuita de materiais de higiene, limpeza e desinfecção de superfícies; oferta de leitos emergenciais em hospitais e em UTIs, bem como aquisição de aparelhagem para tratamento de enfermos graves e colocação de pontos de internet e distribuição de material informativo nas aldeias¹⁹. Também foram vetados mecanismos para facilitar o acesso ao auxílio emergencial por parte de indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais e ribeirinhas²⁰. Considere-se ainda o veto à obrigatoriedade do uso de máscaras nas prisões, estabelecimentos socioeducativos e demais estabelecimentos fechados onde houvesse reunião de pessoas.

¹⁹ Cf. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-para-protetger-indigenas-durante-pandemia>

²⁰ Cf. Notícia do Correio Braziliense do dia 08/07/2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/08/interna_politica,870438/covid-19-bolsonaro-veta-trechos-de-lei-sobre-medidas-de-protecao-a-in.shtml

O neoliberalismo necropolítico de Bolsonaro também se encarregou de promover o deixar morrer: os hospitais da rede pública sofreram constantemente com graves problemas de gestão administrativa e, com o aumento descontrolado das contaminações e infecções, começaram a não ter condições de atender à totalidade da população contaminada, sendo obrigados a escolher entre quem viveria e quem morreria. Onde havia leitos de UTI, faltava pessoal médico e desapareciam insumos básicos como material de proteção individual e até mesmo anestésicos para procedimentos de entubação de pacientes. Por outro lado, nos hospitais onde estes insumos existiam escasseavam ou desapareciam os leitos disponíveis. Por fim, 66% do total de 39 bilhões empenhados pelo Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia não haviam sido usados até finais de junho de 2020, embora àquela altura já houvésssemos ultrapassado a marca dos 55 mil mortos²¹.

Outro traço específico e distintivo do neoliberalismo necropolítico e libertariano de Bolsonaro evidenciou-se na desregulamentação e defesa do direito irrestrito dos indivíduos à autodefesa armada sempre que se considerasse necessário. Este suposto direito individual incondicional à autodefesa armada também foi justificado em nome da defesa do governo federal contra os seus supostos inimigos internos. Para Bolsonaro, uma população armada seria a melhor salvaguarda para um povo livre e um país soberano²². Não casualmente, Mbembe (2018, p. 71) observou que as noções de necropolítica e de necropoder se destinam justamente a “dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’”²³. Por fim, entre setembro de 2021 e setembro de 2022, quando os efeitos da pandemia já haviam sido controlados pela vacinação, os atos e discursos antidemocráticos de Bolsonaro assumiram tom ainda mais radicalizado, sobretudo nas gigantescas manifestações populares em que preceitos democráticos fundamentais, bem como autoridades e

²¹ Cf. a Coluna de Mônica Bergamo no Jornal Folha de São Paulo do dia 20.06.20. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/06/ministerio-da-saude-tem-66-das-verbas-para-aco-es-contr-a-covid-19-paradas.shtml> Consultado em: 22.06.20.

²² Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/arma-e-garantia-para-preservar-a-democracia-nao-interessam-os-meios-usados-diz-bolsonaro/>

²³ Idem.

demais instituições foram questionados e degradados. Bolsonaro focou sua campanha presidencial no questionamento da independência e imparcialidade do Poder Judiciário, bem como promoveu a desconfiança em relação à Justiça Eleitoral e ao sistema brasileiro de votação eletrônica, além de sugerir a necessidade de uma intervenção militar supostamente constitucional para restabelecer a harmonia entre os três Poderes. Em sintonia com sua estratégia de produzir a confusão entre democracia e autoritarismo, todas essas ações e discursos foram pronunciados em nome de uma suposta proteção da democracia e da Constituição.

O objetivo da presente reflexão foi tão somente o de chamar a atenção para as novas configurações do neoliberalismo em um momento histórico marcado pela ascensão da extrema-direita em boa parte do mundo. Se diversos autores contemporâneos têm enfatizado a contraposição entre os princípios fundamentais da democracia e os do dispositivo neoliberal, mostrando a incongruência existente entre soberania popular e a disseminação da forma-empresa para todos os domínios da vida social, cabe aprofundar esse diagnóstico à luz do crescimento atual da extrema-direita, a ponto de se tornar força política mundialmente consolidada. Considero urgente a necessidade de renovar o estudo do neoliberalismo prestando atenção às suas configurações locais, pois tais elementos específicos nos ajudam a compreender as variações e os perigos intensificados trazidos pela articulação entre neoliberalismo e extremismo de direita em todo o mundo. Sem compreender adequadamente os riscos políticos que se nos apresentam globalmente, mas a cada vez com perfis bem determinados localmente, não estaremos à altura de pensar e exercitar alternativas políticas capazes de salvaguardar, radicalizar e democratizar a democracia, contendo o risco de sua implosão. A despeito da derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, do fracasso do golpe de estado planejado por ele e pela alta cúpula de seu (des)governo na sequência, bem como apesar de ele ter se tornado inelegível por 8 anos e estar à beira de longo período de reclusão, a frágil democracia brasileira segue ainda assombrada pelo espectro de sua erosão cuidadosamente planejada e quase totalmente implementada. De fato, em outubro de 2024²⁴, mais de um terço da população brasileira ainda continuava a se identificar com um ou diversos elementos antidemocráticos esposados pelo Bolsonarismo, demonstrando que seus piores efeitos políticos

²⁴ Vide pesquisa de opinião pública discutida em matéria do jornal NEXO em 13.02.2024, cf. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/02/13/brasil-iros-que-apoiam-golpe-de-estado>.

permanecem vivos e capazes de se aglutinar em torno a novos líderes de extrema-direita. Portanto, permanece essencial a tarefa de compreender os traços políticos característicos do perfil da extrema-direita no país bem como os meios pelos quais ela pôs em ação o projeto de radical deslegitimação e desconstituição da democracia brasileira.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. “La invención de una pandemia”. In *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

BORGES, L. *et al.* “O aparente dilema implicado pela pandemia de Covid-19: salvar vidas ou a economia”. In *Observatório Covid-19*, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/o-aparente-dilema-implicado-pela-pandemia-da-covid-19-salvar-vidas-ou-economia>

BROWN, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-democratization”. In *Political Theory*, vol. 34, n. 6, Dezembro de 2006.

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter*. On the discursive limits of ‘Sex’. New York: Routledge, 1993.

CANDIOTTO, César. “Neoliberalismo, democracia e constituição do sujeito em Michel Foucault”. In *Revista Aurora*. Curitiba, v. 34, n. 61, jan/abr, 2022.

CAPONI, Sandra. “Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal”. In *Estudos Avançados* 34 (99), 2020.

COOPER, Melinda. *Family Values. Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Editora Elefante. Edição do Kindle, 2021.

DUARTE, André. *A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

DUARTE, André; CESAR, Maria Rita de Assis. “Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia”. In *Educação e Realidade*, n. 45 (4), 2020. Dossiê As Lições da Pandemia. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>

DUARTE, André. *Pandemic and crisis of democracy: biopolitics, neoliberalism, and necropolitics in Bolsonaro's Brazil*. Nova York e Londres: Routledge, 2023.

DUARTE, André. “On Foucault’s legacy: governmentality, critique and subjectivation as conceptual tools for understanding neoliberalism”. In *Foucault Studies*, n. 36, 6–30, Setembro de 2024.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução de Eduardo Brandão.

KALIL, Isabela. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

LORENZINI, Daniele. “Biopolitics in the time of Coronavirus”. In *Critical Inquiry Blog*, entrada de 02 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/711432>.

NICHELE, Cíntia da Silva Telles; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; FERREIRA, Aldo Pacheco. “A biopolítica da Covid-19 no Brasil: os dispositivos do necropoder no contexto neoliberal e as violações de direitos humanos”. In *Research, Society and Development*, v.11, n. 6, 2022.

NUNES, Rodrigo. “Necropolítica de Bolsonaro aponta para futuro distópico”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/vidas-de-negros-e-pobres-se-tornam-descartaveis-na-pandemia-afirma-professor.shtml>

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: UBU, 2022. Kindle Edition.

MBEMBE, Achille. *Politiques de l'Inimitié*. Paris: Éditions de la Decouverte, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. SP: N-1 editora, 2018. Tradução de Renata Santini.

ROUSE, Carolyn M. “Necropolitics versus biopolitics: spatialization, White privilege, and Visibility during the pandemic”. In *Cultural Anthropology*, vol. 36, issue 3, pp. 360-367, 2021.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. “Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19”. In *Voluntas. Revista Internacional de Filosofia*. Santa Maria: vol. 11, e50, p. 1-11, 2020.

TONEL, Rodrigo. “The concept of Necropolitics during the pandemic of COVID-19 in Brazil”. In *Thesis*, 9 (2), 31-54, 2020.